

ESTUDO SOBRE AS PRÁTICAS CONTÁBEIS DIVULGADAS POR EMPRESAS DE MATERIAIS BÁSICOS ANTES E APÓS O PROCESSO DE HARMONIZAÇÃO DAS NORMAS CONTÁBEIS BRASILEIRAS

CAROLINA VALENTIM GOMES

Universidade Federal de Santa Catarina
carolinavalentimm@gmail.com

PAULA DE SOUZA

Universidade Federal de Santa Catarina
pauladesouza1604@gmail.com

ROGÉRIO JOÃO LUNKES

Universidade Federal de Santa Catarina
lunkes@cse.ufsc.br

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade por ser uma ciência social aplicada, reflete em suas práticas os efeitos decorrentes das variações culturais, políticas, históricas, econômicas e sociais de cada país. Nesse sentido, os critérios de reconhecimento e mensuração de um mesmo fato podem comprometer a comparabilidade das informações contidas nas demonstrações financeiras.

Ademais, uma das preocupações da contabilidade está nas diferentes formas de registros contábeis feitos no mundo. Por isso, faz-se cada vez mais necessária a elaboração de demonstrativos contábeis de um país que sejam adaptáveis para atender a legislação de outro, facilitando a compreensão global dos seus usuários (COELHO; LINS, 2010).

No Brasil, o início formal das mudanças dos padrões contábeis para o internacional se deu com o advento das Leis n. 11.638/07 e n. 11.941/09, que alteraram os dispositivos da Lei n. 6.404/76 (SOUZA *et. al.*, 2012). A Lei n. 11.638/07 estabeleceu que as normas contábeis devem ser elaboradas de acordo com os padrões internacionais adotados nos mercados de valores mobiliários e a Lei n. 11.941/09 determinou a convergência para as normas internacionais de contabilidade.

Dessa maneira, diversas organizações têm concentrado esforços com objetivo de diminuir ao máximo as diferenças havidas entre os sistemas de contabilidade, por meio da harmonização das normas contábeis às *International Financial Reporting Standards (IFRS)* (KLANN; BEUREN; HEIN, 2009).

Nesse contexto, obtém-se a pergunta de pesquisa que direciona este artigo: como determinadas práticas contábeis foram apresentadas pelas empresas de materiais básicos da BM&FBovespa antes e após o processo de harmonização das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais?

No intuito de responder a questão-problema, tem-se o objetivo do presente trabalho, qual seja, verificar de que maneira determinadas práticas contábeis foram divulgadas pelas empresas de materiais básicos antes e após o processo de harmonização das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais.

Ressalta-se que a escolha intencional do setor empresarial, no qual estão inseridas as referidas empresas, está fundamentada no entendimento da relevância do setor de materiais básicos para a economia nacional em termos de competitividade e faturamento (LOPES *et al.*, 2010).

Adicionalmente, a análise das empresas do referido setor no ano de 2006 evidencia que as empresas não divulgaram voluntariamente informações detalhadas sobre receitas, participação no mercado, investimentos e resultados por região geográfica ou unidades de negócios (PEREIRA, 2008).

As práticas contábeis são analisadas de acordo com os Pronunciamentos Contábeis específicos e com a legislação vigente: Teste de redução no valor recuperável de ativos (*impairment test*); Operações de arrendamento mercantil; Estoques; Custo de empréstimos; Ativo imobilizado; Propriedade para investimento; Provisão para créditos de liquidação duvidosa; Divulgação da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR), da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e da Demonstração do Resultado Abrangente (DRA); e Apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

O trabalho apresenta, além dessa introdução, a fundamentação teórica na seção 2, os procedimentos metodológicos aplicados na seção 3, os resultados e discussões na seção 4 e, por desfecho, as conclusões na seção 5.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica do presente estudo se inicia com a legislação e normatização, que oferecem as instruções normativas desde o primeiro Anteprojeto da Lei n. 6.404/76, até as alterações desta pelas Leis n. 11.638/07 e n. 11.941/09. Em seguida, são feitas exposições acerca do processo de harmonização das normas contábeis e incluindo as variáveis e dos estudos realizados anteriormente.

2.1 Legislação e normatização

A convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais começou a ser discutida na década de 1990 e resultou na elaboração do primeiro Anteprojeto de revisão da Lei n. 6.404/76 (MELLO; CIA, 2007). Tal Anteprojeto foi proposto pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) a fim de modernizar e harmonizar as disposições da lei societária vigente, em consonância com os princípios e as melhores práticas contábeis internacionais (PONTE *et. al*, 2012a).

No ano de 2005, o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON, 2005) publicou a Norma de Procedimento Contábil n. 27 com objetivo de determinar a base para comparação tanto das demonstrações contábeis de períodos anteriores, quanto das demonstrações contábeis de outras entidades, proporcionando avanço na harmonização dos padrões de contabilidade.

Ademais, Furuta, Bispo e Vieira (2010) descrevem que a falta de implantação das alterações promovidas pelo mercado não impediu que fossem realizadas iniciativas com o propósito de tornar a contabilidade das empresas ainda mais transparente e mais próxima dos avanços do mercado, resultando na criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no modelo *IASB*, por meio da Resolução CFC n. 1.055/05.

Posteriormente foi estabelecida a Instrução n. 457/07 pela CVM, instituindo que as companhias de capital aberto devem divulgar suas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o padrão contábil internacional, corroborando com os pronunciamentos do *IASB* (CVM, 2007), com vistas ao alinhamento da fase do processo de convergência às necessidades do país.

No Brasil, o início formal das mudanças dos padrões contábeis brasileiros para o internacional se deu com o advento das Leis n. 11.638/07 e n. 11.941/09, que alteraram os dispositivos da Lei n. 6.404/76 (SOUZA *et. al*, 2012). A Lei n. 11.638/07 estabeleceu que as normas contábeis devem ser elaboradas de acordo com os padrões internacionais adotados nos mercados de valores mobiliários. A Lei n. 11.941/09 determinou a convergência para as normas internacionais de contabilidade *IFRS*.

Destarte, as referidas leis provocaram diversas alterações na Lei n. 6.404/76, objetivando a harmonização às *IFRS*, como por exemplo: i) classificação do Ativo e do Passivo em “Circulante” e “Não Circulante”; ii) extinção do grupo Ativo Permanente; iii) a eliminação do subgrupo Ativo Diferido; iv) criação do subgrupo Intangível no grupo do Ativo Não Circulante; e v) realização, ao final de cada exercício social, do teste de recuperabilidade dos ativos (*impairment test*).

2.2 Processo de harmonização das normas contábeis

O desenvolvimento do mercado de capitais entre os países faz crescer a necessidade de padronização da linguagem contábil em todo o mundo. Nesse sentido, os órgãos reguladores da contabilidade tendem a mitigar ao máximo a desigualdade da informação apresentada nos relatórios produzidos por diversas nações.

Além disso, a expansão do comércio internacional e a acessibilidade ao capital estrangeiro se manifestaram como um avanço à discussão da necessidade de um conjunto de normas internacionais de contabilidade que englobasse maior qualidade, transparência e comparabilidade às informações (JERMAKOWICZ; GORNIK-TOMASZEWSKI, 2006).

Dessa maneira, Silva Filho, Machado e Callado (2012) assinalam que o principal motivo para instituição de normas internacionais de contabilidade (*IFRS*) incide na perspectiva de aumento do nível de confiança das informações divulgadas que permitam a destinação de recursos com base em dados mais concisos.

Outrossim, Tay e Parker (1990) descrevem que a harmonização das normas contábeis é um processo que proporciona aumento na comparabilidade das demonstrações financeiras ao definir

padrões e limites para o reconhecimento e a mensuração de determinadas transações e eventos econômicos.

Takamatsu, Machado e Lima (2011), afirmam que, no Brasil, a convergência das normas contábeis tem sido gradativa, com início enfático a partir da alteração da Lei societária em 2007. De outro viés, Ponte *et. al* (2012b) consideram que tal processo está ocorrendo em ritmo acelerado.

De modo geral, diversas organizações têm despendido esforços com a finalidade de amenizar as diferenças havidas entre os sistemas de contabilidade, por meio da harmonização das normas contábeis internacionais (KLANN; BEUREN; HEIN, 2009).

2.3 Estudos anteriores

Verificou-se que alguns estudos acerca da harmonização das normas contábeis foram realizados nos últimos anos em diferentes países, tendo em vista que se trata de discussão desencadeada por órgãos nacionais e internacionais.

Pesquisas anteriores estão relacionadas a diversos aspectos, como por exemplo: análise do impacto gerado no nível de *disclosure* dos efeitos da Lei n. 11.638/07 e dos CPCs (FUTURA; BISPO; VIEIRA, 2010); verificação de mudanças nas práticas contábeis brasileiras, introduzidas pela Lei n. 11.638/07 e pela MP n. 449/08 (NOGUEIRA JÚNIOR; JUCÁ; MACEDO, 2010); e comparação e verificação da existência de diferenças entre os pronunciamentos dos CPCs e as normas do *IASB* (COSTA; THEÓPHILO; YAMAMOTO, 2012).

A pesquisa de Niskanen, Kinnunen e Kasanen (1998) compreendeu a análise de dados contábeis e de mercado de empresas finlandesas de capital aberto, para exame do conteúdo das informações das demonstrações consolidadas. Os resultados revelaram que as normas internacionais não proporcionaram acréscimo informativo às informações contábeis das empresas da Finlândia.

Morais e Curto (2008) investigaram se a adoção das normas do *IASB* está associada a uma maior qualidade e relevância da informação contábil em 34 empresas portuguesas. A análise das informações dos anos de 2004 e 2005 das referidas empresas, evidenciou que houve um aumento da qualidade da informação contábil e uma redução na relevância da informação contábil.

O estudo de Peng *et al.* (2008) observou três aspectos acerca do processo de convergência do *IFRS* em 79 empresas de capital aberto chinesas: i) o nível de cumprimento das normas contábeis; ii) a consistência das escolhas contábeis; e iii) as diferenças entre o lucro líquido gerado sob o GAAP Chinês e o *IFRS*. As informações contábeis dos anos de 1999 e 2002 demonstraram que aumentou a consonância das empresas em relação às normas internacionais de contabilidade.

Barth, Landsman e Lang (2008) examinaram em 21 países se a aplicação das normas internacionais de contabilidade está associada a uma maior qualidade contábil, entre os anos de 1994 e 2003. Obtiveram-se indicativos de que as normas internacionais aumentaram a relevância das informações contábeis, quando comparada aos padrões locais.

Na pesquisa de Iatridis e Rouvolis (2010), investigaram se houve efeitos da transição do GAAP grego para *IFRS* nos resultados financeiros de 254 empresas gregas listadas na bolsa de valores de Atenas. Concluiu-se que a implementação do *IFRS* ofereceu mais valor às medidas contábeis relevantes no segundo ano de adoção, em relação ao ano da adoção oficial. Isso porque, entende-se que no segundo ano de aprovação, a natureza e as exigências do *IFRS* estariam mais claras e familiares aos usuários.

Macedo *et. al* (2011) analisaram o impacto da substituição da Divulgação da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) pela Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC). As evidências empíricas encontradas sugerem que o Fluxo de Caixa Operacional é mais relevante para o mercado de capitais, do que as origens de recursos das operações. Além disso, sugerem que a substituição da DOAR pela DFC foi benéfica para os usuários da informação contábil no Brasil, pois

acrescentou relevância às informações, embora estudos anteriores tenham apontado a DOAR como uma demonstração mais rica em informação.

Souza *et. al* (2012) verificaram a forma pela qual determinadas práticas contábeis foram adotadas por 74 empresas pertencentes a cinco diferentes setores econômicos da BM&FBovespa antes e após o processo de harmonização da contabilidade brasileira aos padrões internacionais. Os resultados evidenciaram significativas alterações nas formas pelas quais as práticas contábeis foram adotadas pelas empresas dos setores analisados, em 2007 e 2010. Em 2010, houve aumento significativo na quantidade dos itens de políticas contábeis apresentadas nas notas explicativas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção são apresentados os procedimentos metodológicos do presente estudo, iniciando com o enquadramento metodológico, procedimentos para coleta e tratamento dos dados e, concluindo com procedimentos adotados para construção do referencial teórico.

3.1 Enquadramento metodológico

A estrutura metodológica desta pesquisa está segregada sob o enfoque de quatro dimensões, quais sejam: natureza da pesquisa; natureza do objetivo; procedimentos da pesquisa; e abordagem do problema.

Quanto a sua natureza, esta pesquisa é classificada como aplicada, porquanto se destina a investigar e demonstrar hipóteses sugeridas por modelos teóricos definidos. Em relação aos objetivos, é considerada exploratória, pois consiste em conhecer com maior profundidade as práticas contábeis divulgadas pelas empresas de materiais básicos antes e após o processo de harmonização aos padrões internacionais (GIL, 2010).

Em relação aos procedimentos da pesquisa, a técnica aplicada neste trabalho é a análise de conteúdo, uma vez que se utiliza de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das informações e dos relatórios das demonstrações financeiras padronizadas, permitindo a dedução de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção dessas informações (BARDIN, 1994).

No que diz respeito à forma de abordagem do problema, a pesquisa é classificada como predominantemente qualitativa. De acordo com Richardson (1999) a pesquisa qualitativa busca analisar a interação de certas variáveis, além de compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais. No caso desta pesquisa, busca-se identificar se as práticas contábeis passaram a ser mais divulgadas após o processo de convergência das normas internacionais.

3.2 Procedimentos para coleta e tratamento dos dados

O presente estudo foi realizado a partir de fontes documentais, que consistem nas demonstrações financeiras padronizadas anuais completas disponíveis no sítio eletrônico da Companhia de Valores Mobiliários (CVM), referentes aos anos de 2007 e 2011, das empresas do setor de materiais básicos.

Verificou-se que 41 empresas faziam parte do setor mencionado em 13 de janeiro de 2013. Contudo, uma empresa não publicou a demonstração financeira padronizada em 2007, por ter sido constituída em 2011. Dessa maneira, a amostra de empresas analisadas nesta pesquisa representa 97,56% das empresas de materiais básicos pertencentes a 6 subsetores econômicos – embalagens, madeira e papel, materiais diversos, mineração, químicos, e siderurgia e metalurgia –, listadas na BM&FBovespa em janeiro de 2013 e que publicaram os demonstrativos de 2007 e 2011.

A escolha intencional do referido setor, no qual estão inseridas as empresas desta pesquisa, está fundamentada no entendimento da relevância do setor de materiais básicos para a economia nacional em termos de competitividade e faturamento (LOPES *et al.*, 2010).

Além disso, Pereira (2008) observou que, ao analisar a influência métrica contábil de lucro sobre o nível de *disclosure* contido nos relatórios de administração das companhias em 2006, de maneira geral, as empresas do setor de materiais básicos não divulgam voluntariamente informações detalhadas sobre receitas, participação no mercado, investimentos e resultados por região geográfica ou unidades de negócios.

O estudo delimitou-se aos anos de 2007 e 2011, que são respectivamente referentes ao último ano antes da adoção das novas normas contábeis e ao segundo ano após a obrigatoriedade das normas internacionais de contabilidade.

Primeiramente, foram analisadas as notas explicativas das empresas no intuito de observar as principais práticas contábeis, verificando, por meio de análise quantitativa, o grau de evidência de itens referentes às políticas contábeis. Posteriormente, definiram-se itens de análise, para evidenciar separadamente a adoção aos padrões internacionais de cada prática contábil examinada.

As práticas foram analisadas de acordo com os Pronunciamentos Contábeis específicos e com a legislação vigente: Teste de redução no valor recuperável de ativos (*impairment test*); Operações de arrendamento mercantil; Estoques; Custos de empréstimos; Ativo imobilizado; Propriedade para investimento; Provisão para créditos de liquidação de duvidosa; Divulgação da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR), da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e da Demonstração do Resultado Abrangente (DRA); e Apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

Para cada uma delas, foi observada a adequação às *IFRS*, de modo a comparar se houve evolução no nível de divulgação de informações em consonância aos padrões internacionais, bem como com a legislação vigente praticadas pelas empresas de 2007 para 2011. A análise dos relatórios anuais permite conclusões relevantes, tendo em vista que admite verificar o grau de harmonização contábil das empresas brasileiras, sobretudo, de materiais básicos.

Por fim, verifica-se a correlação entre o *Return on Equity (ROE)* (lucro líquido depois do imposto de renda dividido pelo patrimônio líquido) das empresas e o índice de práticas divulgadas (nº de práticas divulgadas dividido pelo nº total de práticas que deveriam ter sido apresentadas) nos anos de 2007 e 2011, por meio do cálculo do coeficiente de correlação de Pearson.

Para a interpretação da magnitude das correlações foi adotada a seguinte classificação dos coeficientes de correlação: coeficientes de correlação <0,4 (correlação de fraca magnitude), ≥0,4 a <0,5 (de moderada magnitude) e ≥0,5 (de forte magnitude), calculada pela seguinte fórmula:

$$r = \frac{n \cdot \sum(x \cdot y) - (\sum x) \cdot (\sum y)}{\sqrt{n \cdot \sum x^2 - (\sum x)^2} \cdot \sqrt{n \cdot \sum y^2 - (\sum y)^2}}$$

3.3 Procedimentos para construção do referencial teórico

O processo utilizado para seleção de referências bibliográficas compreende a busca de artigos em congressos reconhecidos pela Capes como estrato E1, vinculados à área contábil e disponíveis *on-line* no sítio eletrônico dos eventos: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade e Iniciação Científica e Congresso da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis.

Os artigos selecionados foram pesquisados no horizonte de tempo de 2002 a 2012. As palavras-chave utilizadas para busca em títulos e resumos foram as seguintes: práticas contábeis, normais internacionais de contabilidade, convergência contábil e *IFRS*. Foram selecionados 26 artigos, de modo que 2012 foi o ano com maior representatividade de publicações alinhadas, com 15 artigos.

Outrossim, também foi realizada uma consulta à base de dados Periódicos da Capes, área de Ciências Sociais Aplicadas, utilizando as palavras-chave mencionadas. Com base nesta estrutura foram selecionados 76 artigos alinhados com o assunto harmonização das normas contábeis, o que mostra a importância de estudos envolvendo esta temática.

A partir desta amostra inicial foram lidos todos os títulos, resumos, visando selecionar os artigos relacionados à adequação das práticas contábeis aos padrões internacionais. Os artigos selecionados foram lidos integralmente e formam a base do referencial teórico.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção demonstram-se os resultados e discussões da pesquisa. Inicia-se com a apresentação das políticas contábeis evidenciadas pelas companhias de materiais básicos, em seguida, realiza-se a análise individuais das práticas contábeis pelas empresas em 2007 e 2011.

4.1 Políticas contábeis

Nas demonstrações financeiras padronizadas das empresas da amostra são evidenciados os dados da entidade, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o relatório de administração da Companhia, as notas explicativas, a proposta de orçamento de capital e os pareceres e declarações.

Portanto, a partir das informações contidas em tais demonstrações, é possível verificar as políticas contábeis adotadas pelas empresas (reconhecimento), bem como a maneira pelas quais elas são quantificadas (mensuração).

Dessa maneira, verifica-se que do total de 440 práticas (11 para cada uma das 40 empresas de materiais básicos) 159 práticas foram divulgadas em 2007, enquanto que em 2011 foram publicadas 363, o que representa um acréscimo de 128% na aderência aos padrões internacionais. O subsetor de madeira e papel obteve o maior aumento de divulgação das práticas de 2007 para 2011, cerca de 77%.

4.2 Teste no valor recuperável de ativos – *Impairment Test*

O teste no valor recuperável de ativos é um procedimento que visa assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou venda. Por outras palavras, representa a redução na “quantidade pela qual o valor do ativo líquido e de sua amortização acumulada excede seu valor recuperável” (SCHMIDT; SANTOS, 2002, p.90).

O CPC 01, que trata da redução no valor recuperável, orienta que as entidades realizem teste de recuperabilidade (*impairment test*) quando houver evidências de perdas no valor do ativo ou desvalorização do mesmo. Além disso, o teste deve ser realizado no mínimo uma vez por ano e a entidade deverá reconhecer a desvalorização, por meio de uma provisão para perdas.

Tabela 1: Teste de recuperabilidade dos ativos (*impairment test*)

Subsetor	Embalagens		Madeira e papel		Materiais diversos		Mineração		Químicos		Siderurgia Metalurgia		TOTAL	
	2007	2011	2007	2011	2007	2011	2007	2011	2007	2011	2007	2011	2007	2011
Realizou teste	2	1	1	9	2	3	-	4	2	8	1	13	8	38
Não realizou teste	-	1	8	-	1	-	5	1	6	-	12	-	32	2
<i>Impairment Test</i>														
Anual	-	-	-	-	1	1	-	-	1	-	-	-	2	1
Quando há evidências	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	1	1	2	2
Anual e evidências	-	1	-	9	-	2	-	4	1	7	-	12	1	35
Não apresentou	2	1	9	-	1	-	5	1	6	-	12	-	35	2
<i>Reconhecimento de perdas</i>														
Reconheceu	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	4	-	5
Não reconheceu	2	2	9	8	3	3	5	5	8	8	13	9	40	35

Fonte: Elaborado pelos autores.

A Tabela 1 permite visualizar a influência das normas internacionais de 2007 para 2011. Observa-se que em 2007, 80% das empresas da amostra não realizaram o teste de recuperabilidade dos ativos. No entanto, em 2011 apenas 2 empresas não o fizeram. Todavia, apenas 5 empresas reconheceram a desvalorização do ativo em 2011, o que significa que na maioria das empresas, os ativos não estão tendo perda no valor recuperável.

Ademais, Souza, Borba e Dutra (2008), ao analisarem a maneira como as empresas brasileiras de capital aberto submetidas ao BOVESPA (CVM/Brasil) e a NYSE (SEC/EUA) estão evidenciando o *impairment test* em suas demonstrações contábeis, verificaram que 58% das companhias demonstram tal prática em suas Demonstrações Financeiras, e um número significativamente maior de detalhamento das informações foi à SEC, em comparação ao apresentado à CVM.

Portanto, pode-se constatar que as empresas em 2007 realizaram o teste de recuperabilidade de ativos e que em 2011 apenas duas empresas não o fizeram. Além disso, percebe-se que empresas brasileiras tendem a divulgar informações mais detalhadas ao órgão regulador da Bolsa de Nova Iorque (SEC) do que no Brasil, mesmo sendo este o país de origem.

4.3 Operações de arrendamento mercantil

De acordo com o CPC 06, arrendamento mercantil é um contrato realizado entre duas pessoas, arrendatário e arrendador, com o objeto de utilizar um bem ativo, por tempo determinado, em troca de pagamentos. Pode ser classificado como financeiro ou operacional, tendo como diferença o fato de que há transferência de riscos e benefícios do ativo no arrendamento financeiro.

Tabela 2: Arrendamento Mercantil

Subsetor	Embalagens		Madeira e papel		Materiais diversos		Mineração		Químicos		Siderurgia Metalurgia		TOTAL	
	2007	2011	2007	2011	2007	2011	2007	2011	2007	2011	2007	2011	2007	2011
Operacional	-	-	-	2	-	-	1	1	-	3	-	3	1	9
Financeiro	-	-	-	2	-	-	-	-	1	2	1	2	2	6
Operacional e Financ.	-	-	-	4	-	-	-	1	-	1	-	3	-	9
Como Arrendadora	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	2

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na maioria dos contratos de arrendamento mercantil brasileiro, o arrendamento é reconhecido como operacional. Contudo, as companhias devem divulgar em notas explicativas os dados referentes aos equipamentos adquiridos por meio de contrato de arrendamento (KLANN; BEUREN; HEIN, 2009).

A Tabela 2 permite verificar que não houve identificações de arrendamentos mercantis nas empresas do subsetor de embalagens e materiais diversos em 2007 e 2011. Além disso, constata-se que houve apenas 2 arrendamentos em 2007, um operacional e outro financeiro.

Em 2011, há um acréscimo nos arrendamentos mercantis operacionais, bem como cresceu o número de empresas que realizaram arrendamento operacional e financeiro simultaneamente, principalmente atuando como arrendatária.

4.4 Estoques

Consideram-se estoques os ativos destinados à comercialização, em fase de produção ou ainda de ser produzido pela empresa. Conforme o CPC 16, os estoques devem ser mensurados pelo menor valor entre o seu custo e o valor realizável líquido. Tal custo dos estoques deve ser avaliado pelo critério “primeiro a entrar, primeiro a sair” (PEPS) ou pelo critério do custo médio ponderado.

Antunes *et. al* (2012, p.13) salientam que “o conceito de valor líquido realizável não é o mesmo de valor justo”. O valor justo se refere ao valor de negociação de um bem, entre partes interessadas, que tenham o mesmo conhecimento sobre o referido bem e suas condições, sem que haja pressão de qualquer natureza para concretizar o negócio. O valor realizável líquido é específico da

entidade, isto é, representa o valor máximo que a entidade detentora do estoque obterá na venda, já deduzidos os impostos e gastos da comercialização.

Tabela 3: Critérios de mensuração dos estoques

Subsetor	Embalagens		Madeira e papel		Materiais diversos		Mineração		Químicos		Siderurgia Metalurgia		TOTAL	
	2007	2011	2007	2011	2007	2011	2007	2011	2007	2011	2007	2011	2007	2011
Custo Médio	2	2	7	6	1	2	3	1	7	5	11	7	31	23
Custo Médio/PEPS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo Histórico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CPC 16*	-	-	2	3	2	1	-	1	1	3	-	6	5	14
Não indicou	-	-	-	-	-	-	2	3	-	-	2	-	4	3

* Menor valor entre o custo de aquisição e o valor líquido realizável

Fonte: Elaborado pelos autores.

A Tabela 3 evidencia que o método de mensuração dos estoques mais utilizado pelas empresas de materiais básicos é o custo médio, com representatividade 52,50% da amostra em 2011. Essa informação corrobora com o estudo de Souza *et. al* (2012), tendo em vista que 78,38% das empresas optaram pelo custo médio em 2010.

Verifica-se que houve um aumento de 10% em 2007 para 42,50% em 2011 na observância ao CPC 16, de modo que as empresas estão verificando se os estoques estão avaliados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido, como sugere a convergência das normas brasileiras.

4.5 Custos de Empréstimos

O CPC 20 define que custos de empréstimos são juros e outros custos incorridos pela entidade decorrente de empréstimos que sejam vinculados à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável. Os custos que não classificados nesses itens são reconhecidos como despesas.

Ativos qualificáveis são aqueles que demoram longos períodos para ficarem em condições de uso ou venda, como: contratos de construção, ponte construída durante alguns anos, represa de hidrelétrica, e etc. (GILIO; AFONSO, 2012).

Tabela 4: Divulgação dos custos de empréstimos

Subsetor	Embalagens		Madeira e papel		Materiais diversos		Mineração		Químicos		Siderurgia Metalurgia		TOTAL	
	2007	2011	2007	2011	2007	2011	2007	2011	2007	2011	2007	2011	2007	2011
Mencionou	2	2	6	9	2	2	3	3	3	7	8	13	24	36
Não mencionou	-	-	3	-	1	1	2	2	5	1	5	-	16	4

Fonte: Elaborado pelos autores.

Extrai-se da Tabela 4 que apenas uma empresa divulgou se houve ou não a prática de custos de empréstimos em 2007, passando para 37 de publicações da referida prática contábil em 2011. Esses resultados vão de encontro ao estudo de Souza *et. al* (2012), de modo que em 2010, cerca de 48,86% das empresas as divulgaram.

Contudo, cabe ressaltar que a publicação da prática de custos de empréstimos não implica afirmar que a empresa incorreu em juros e outros custos relacionados a ativos qualificáveis, mas se ela informou ter ou não executado tal prática.

4.6 Ativo Imobilizado

No âmbito do ativo imobilizado, verifica-se no CPC 26 que o valor depreciável de um ativo deve ser apropriado de forma sistemática ao longo de sua vida útil estimada, o que difere da vida útil

econômica. Nesse sentido, o valor residual e a vida útil estimada de um ativo devem ser revisados pelo menos ao final de cada exercício.

Lima *et. al* (2010) investigaram os determinantes do processo de convergência contábil no Brasil. A amostra foi composta pelas empresas presentes no Índice Bovespa (Ibovespa) para a carteira de setembro a dezembro de 2009. Os resultados revelaram que 28,60% das empresas utilizavam taxas de depreciação econômica e que apenas 6,80% evidenciavam as premissas adotadas para definição das tais taxas.

Nota-se na Tabela 5 o predomínio da utilização do método linear em todos os subsetores em 2007 e 2011. Apenas uma empresa de Químicos, divulga utilizar um método diferente, qual seja, o método das unidades produzidas. Adicionalmente, observa-se que em 2011 a maioria das empresas utilizou como base para depreciação a vida útil estimada do bem, o que difere do estudo de Lima *et. al* (2010).

Tabela 5: Métodos e estimativas adotadas para cálculo da depreciação

Depreciação														
Subsetor	Embalagens		Madeira e papel		Materiais diversos		Mineração		Químicos		Siderurgia Metalurgia		TOTAL	
Ano	2007	2011	2007	2011	2007	2011	2007	2011	2007	2011	2007	2011	2007	2011
<i>Método</i>														
Linear	2	2	9	9	3	3	3	2	8	7	10	11	35	34
Outros Métodos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Não indica	-	-	-	-	-	-	2	3	-	-	3	2	5	5
<i>Indicação das formas de estimativas adotadas</i>														
Vida útil estimada	2	2	2	4	1	3	2	3	3	7	2	9	12	28
Vida útil econôm.	-	-	6	4	-	-	1	-	2	1	6	3	15	8
Não indica	-	-	1	1	2	-	2	2	3	-	5	1	13	4

Fonte: Elaborado pelos autores.

Da mesma maneira, no estudo de Souza *et. al* (2012), houve o predomínio da utilização do método linear em todos os subsetores. Ademais, os referidos autores constataram que a maioria das empresas destaca os critérios utilizados para estimativas, que incluem: laudos de avaliação, informações do fabricante e avaliação do histórico de bens semelhantes.

4.7 Propriedade para investimento

Conforme CPC 28, propriedade para investimento é aquela mantida pela entidade com o objetivo de aumentar o capital da empresa, por meio da valorização deste, ou para auferir rendas. Este subgrupo, classificado no grupo Investimentos, diferencia-se do ativo imobilizado, pois não são propriedades para uso na produção/fornecimento de bens ou serviços, finalidades administrativas, e nem para venda no curso ordinário do negócio.

A partir de 2007 as empresas já poderiam optar pela reclassificação de seus bens imobilizados em propriedade para investimentos ou adquirir bens com tais características e classificá-los nesta conta (SOUZA *et. al*, 2012).

Tabela 6: Divulgação das propriedades para investimento

Subsetor	Embalagens		Madeira e papel		Materiais diversos		Mineração		Químicos		Siderurgia Metalurgia		TOTAL	
Ano	2007	2011	2007	2011	2007	2011	2007	2011	2007	2011	2007	2011	2007	2011
Não apresenta	-	1	-	-	-	-	-	1	1	-	1	1	2	3
Apresenta	2	1	9	9	3	3	5	4	7	8	12	12	38	37

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na Tabela 6, verifica-se que apenas 2 empresas da amostra já apresentaram propriedades para investimento em 2007. Nota-se que os resultados praticamente foram invertidos para o ano de 2011,

tendo em vista que apenas 3 empresas não divulgaram propriedades para investimento em 2011. Portanto, pode-se constatar que esta foi uma prática contábil bastante adotada pelas empresas de materiais básicos após o processo de harmonização.

4.8 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Provisão para créditos de liquidação duvidosa é uma previsão realizada pelas entidades no intuito de prever perdas esperadas futuramente, a fim de assegurar a continuidade da empresa (CÔRREA, 2005).

No estudo de Lima *et al.* (2010), verificou-se que 74% das empresas pertencentes ao Índice Bovespa de setembro a dezembro de 2009 informaram os critérios para a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Tabela 7: Mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Subsetor	Embalagens		Madeira e papel		Materiais diversos		Mineração		Químicos		Siderurgia Metalurgia		TOTAL	
	2007	2011	2007	2011	2007	2011	2007	2011	2007	2011	2007	2011	2007	2011
Estimativa geral	1	1	4	6	2	2	1	1	2	-	3	2	13	12
Experiência de inadimplência ocorrida	-	-	3	2	-	-	-	-	3	4	-	3	6	9
Análise individual por contas	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1	-	-	2	1
Estimativa por tempo de inadimplência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Estimativa de que não há perdas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	2	3	2
Não divulgou	1	1	2	1	1	1	4	4	1	2	7	6	16	15

Fonte: Elaborado pelos autores.

Contudo, na Tabela 7 observa-se que 25% das empresas em 2007 e 2011 não divulgaram a estimativa utilizada para cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Ademais, 6 empresas em 2007 e 5 empresas em 2011 apresentaram tal constituição nas demonstrações financeiras padronizadas, mas não mencionaram a base para mensuração. Ainda, verifica-se que nos dois anos de análise a maioria das empresas que divulgaram essa prática contábil se baseou em uma estimativa geral.

4.9 Divulgação da DOAR, DFC, DRA e DVA

Dentre as mudanças ocorridas a partir da adoção das normas internacionais de contabilidade, encontra-se a substituição da Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) pela Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC). Com isso, a DFC passou a ser obrigatória no Brasil, apesar de muitas empresas já a publicarem voluntariamente (MACEDO *et al.*, 2011).

Para Santos (2005), a DFC é um demonstrativo financeiro que demonstra a variação líquida do saldo contábil do caixa e equivalentes ao caixa num período reportado, detalhando os recebimentos e pagamentos que causaram essa variação, de forma direta ou indireta.

O resultado abrangente é a mutação que ocorre no patrimônio líquido durante um período e que resulta de transações e outros eventos não originados de combinações com os sócios na qualidade de proprietários. O CPC 26 determina que a DRA seja apresentada separadamente ou na demonstração de mutações no patrimônio líquido.

Tabela 8: Divulgação da DOAR, DFC e DRA

Subsetor	Embalagens		Madeira e papel		Materiais diversos		Mineração		Químicos		Siderurgia Metalurgia		TOTAL	
	2007	2011	2007	2011	2007	2011	2007	2011	2007	2011	2007	2011	2007	2011
DOAR	2	-	9	-	3	-	5	-	8	-	13	-	40	-
DFC - indireto	-	2	2	9	1	3	1	5	4	8	4	13	12	40
DFC - direto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-
Apresenta DRA na DMPL	-	1	-	1	-	-	-	-	-	2	-	5	-	9
Apresenta DRA separada	-	1	-	8	-	3	-	5	-	6	-	8	-	31
Afirma não possuir DRA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Elaborado pelos autores.

Em 2007, evidencia-se que todas as empresas da amostra apresentaram a DOAR, mas após a convergência das normas contábeis aos padrões internacionais, as empresas optaram por não divulgarem tal demonstração. Ainda em 2007, nenhuma empresa de materiais básicos apresentou a DRA, enquanto que 32,50% divulgaram a DFC. Em 2011, 20% das empresas apresentaram a DRA na DMPL e 80% apresentaram a mesma separada. Quanto a DFC todas optaram, nos dois anos da pesquisa, pelo método indireto.

A obrigatoriedade da divulgação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) foi uma novidade para as companhias de capital aberto trazida pela Lei n. 11.638/07. De acordo com o CPC 09, tal demonstração tem como objetivo evidenciar informações a respeito da riqueza criada pela companhia, assim como a forma que foram distribuídas tais riquezas, referente a um período de tempo determinado.

Tabela 9: Divulgação da Demonstração do Valor Adicionado

Subsetor	Embalagens		Madeira e papel		Materiais diversos		Mineração		Químicos		Siderurgia Metalurgia		TOTAL	
	2007	2011	2007	2011	2007	2011	2007	2011	2007	2011	2007	2011	2007	2011
Não apresenta	2	-	7	-	2	-	4	-	2	-	4	-	21	-
Apresenta	-	2	2	9	1	3	1	5	6	8	9	13	19	40

Fonte: Elaborado pelos autores.

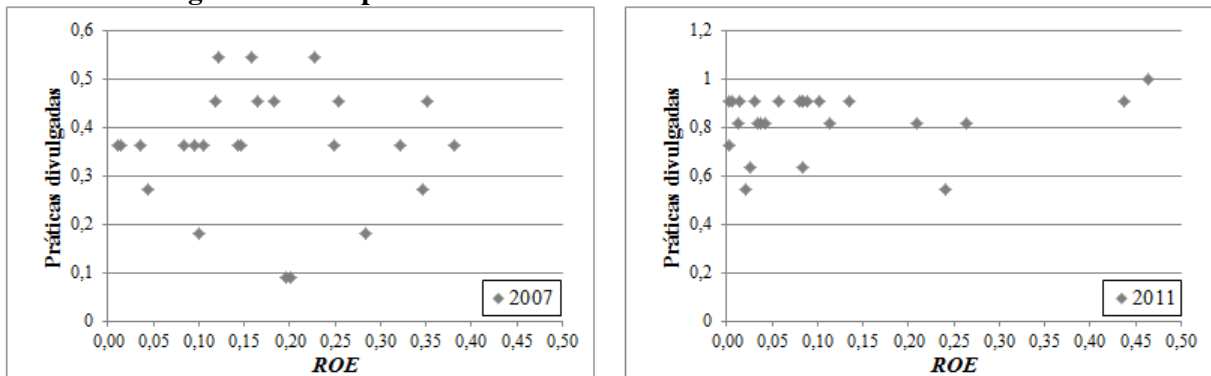
A partir da Tabela 9, percebe-se que no ano de 2007, 65% das empresas da amostra do setor de materiais básicos publicaram a DVA. Enquanto que em 2011, todas as empresas apresentaram tal demonstração, evidenciando a obediência das referidas empresas à Lei n. 11.638/07 e a consonância com os padrões internacionais.

4.10 Correlação entre o ROE e o número de práticas divulgadas

O *Return on Equity (ROE)* é uma medida de eficiência financeira para as organizações, que verifica a capacidade de gerar lucros para cada real/dólar de patrimônio líquido (CHEN, 2010). Dessa maneira, o *ROE* também é utilizado para mensurar a rentabilidade das empresas (KESNER, 1987).

Nesse sentido, verifica-se a correlação entre o *ROE* e o índice das práticas divulgadas pelas empresas de materiais básicos em 2007 e 2011. Para tanto, definiu-se como intervalos de magnitude: coeficientes de correlação $<0,4$ (fraca), $\geq 0,4$ a $<0,5$ (moderada) e $\geq 0,5$ (forte). Ademais, para o referido cálculo, compuseram a amostra apenas as empresas que apresentaram lucro em 2007 e 2011, ou seja, ROE positivo nos dois exercícios, totalizando 25 empresas. A Tabela 10 demonstra os valores do eixo x (*ROE*) e y (práticas divulgadas).

Tabela 10: Diagramas de dispersão em 2007 e 2011



Fonte: Elaborada pelos autores.

No ano de 2007 obteve-se a correlação de $-0,02$, o que implica dizer que neste ano a correlação foi fraca. Em outras palavras, observa-se que o *ROE* teve relação pequena com a divulgação das práticas contábeis. Da mesma forma, em 2011 a correlação entre as variáveis também foi fraca em $0,18$. Constata-se, portanto, que em 2007 e 2011 o *ROE* afetou pouco a quantidade das práticas divulgadas pelas empresas selecionadas.

O cálculo demonstrou que em 2007 houve um efeito negativo do *ROE* sob a divulgação das práticas, portanto as duas variáveis possuem uma relação indireta nesse ano, sendo que quanto maior uma, menor a outra. Nesse aspecto, de modo geral, quanto maior o *ROE* das empresas, menor foi o número de práticas divulgadas.

Por outro lado, em 2011 a correlação foi positiva e direta, ou seja, quanto maior uma variável, maior a outra e, quanto menor uma, menor a outra. Isso significa que tanto o *ROE* quanto as práticas divulgadas caminharam no mesmo sentido, quanto maior o *ROE*, maior a quantidade de práticas publicadas.

Por desfecho, esses resultados divergem do estudo de Iatridis e Rouvolis (2010), porquanto estes, ao analisarem os resultados financeiros de 254 empresas gregas, concluíram que a implementação do *IFRS* ofereceu mais valor às medidas contábeis relevantes no segundo ano de adoção em relação ao ano da adoção oficial.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo foi norteado pelo objetivo de verificar de que maneira determinadas práticas contábeis foram divulgadas pelas empresas de materiais básicos antes e após o processo de harmonização das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais.

A amostra de empresas analisadas nesta pesquisa representa 97,56% das empresas de materiais básicos pertencentes a 6 subsetores da BM&FBovespa listadas em janeiro de 2013 e que publicaram os demonstrativos de 2007 e 2011, perfazendo 80 relatórios.

De modo geral, observou-se um acréscimo significativo de publicação das práticas contábeis adotadas pelas empresas de 2007 para 2011 nas demonstrações analisadas. Isso representa que as empresas estão se preocupando em apresentar tais práticas de modo a permitir que os usuários da informação consigam extrair dados consistentes com facilidade, ao mesmo tempo em que estão se adequando aos padrões contábeis internacionais.

O teste de recuperabilidade não era feito por 85% das empresas da amostra em 2007, mas em 2011 a maioria divulgou tal prática em seus respectivos relatórios. Quanto aos arrendamentos mercantis, houve predominância do operacional, conforme sugeriu o estudo de Klann, Beuren e Hein (2007). A provisão para créditos de liquidação duvidosa não foi mencionada por 25% das empresas. As demonstrações DOAR, DFC, DRA e DVA foram apresentadas por todas as empresas em 2011.

A correlação entre as variáveis demonstrou que em 2007 houve um efeito negativo do *ROE* sob a divulgação das práticas, de modo que as duas possuem uma relação indireta, sendo que quanto maior uma, menor a outra. Por outro lado, em 2011 a correlação foi positiva e direta, ou seja, quanto maior uma, maior a outra e, quanto menor uma, menor a outra.

Como limitações dessa pesquisa, alerta-se que os resultados encontrados se referem exclusivamente às empresas analisadas, nos anos de 2007 e 2011, não podendo ser generalizados para outros setores. Ademais, esse trabalho também se restringe a metodologia utilizada para a coleta de dados e construção do referencial teórico, e às observações dos autores.

Para futuros trabalhos, sugere-se: i) a realização de estudos com pesquisas em teses, dissertações, livros e outros congressos não abordados; ii) estudo comparativo entre setores da BM&FBovespa, para analisar a aderência das práticas contábeis às normas internacionais; e iii) análise de outras práticas contábeis estabelecidas pelos Pronunciamentos Técnicos Contábeis e pela legislação vigente.

Por desfecho, almeja-se que os resultados dessa pesquisa contribuam para aumentar a percepção das empresas quanto aos padrões internacionais e colaborem para a disseminação do conhecimento na área acadêmica, principalmente no que diz respeito à harmonização das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, M. T. P.; GRECCO, M. C. P.; FORMIGONI, H.; MENDONÇA NETO, O. R. A adoção no Brasil das normas internacionais de contabilidade IFRS: o processo e seus impactos na qualidade da informação contábil. **Revista de Economia & Relações Internacionais**, v. 10, n. 20, p. 5-19, 2012.

BARDIN, I. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições Setenta, 1994.

BARTH, M. E.; LANDSMAN, W. R.; LANG, M. H. International accounting standards and accounting quality. **Journal of Accounting Research**, v.46, p. 467-498, 2008.

COELHO, C. U. F.; LINS, L. S. **Teoria da Contabilidade: abordagem contextual, histórica e gerencial**. São Paulo: Atlas, 2010.

CORRÊA, Ronaldo Valdir. **A provisão para créditos de liquidação duvidosa nas instituições financeiras**. 2005. 59 f. Monografia (Curso de Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2005.

COSTA, J. A.; THEÓPHILO, C. R.; YAMAMOTO, M. M. A Aderência dos pronunciamentos contábeis do CPC às normas internacionais de contabilidade. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 15, n. 2., p. 110-126, 2012.

CVM. **Instrução CVM n. 457**, de 13 de julho de 2007. Dispõe sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 2007.

FURUTA, F.; BISPO, J. S.; VIEIRA, P. S. Convergência internacional: nível de *disclosure* e impacto de inovações legais sobre o patrimônio líquido e o resultado das grandes empresas instaladas no Brasil. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 10., 2010, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2010.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GILIO, L.; AFONSO, L. E. Aproximação entre contabilidade gerencial e contabilidade financeira com a convergência contábil brasileira às normas IFRS. In: CONGRESSO ANPCONT, 6., 2012,

Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2012.

IATRIDIS, G.; ROUVOLIS, S. The postadoption effects of the implementation of International Financial Reporting Standards in Greece. **Journal of International Accounting, Auditing and Taxation**, v. 19, p.55-65, 2010.

IBRACON. **Norma de procedimentos contábeis n. 27**, de 29 de dezembro de 2005. Demonstrações contábeis – apresentação e divulgações. São Paulo: Ibracon, 2005.

JERMAKOWICZ, E. K.; GORNIK-TOMASZEWSKI, S. Implementing IFRS from the perspective of EU publicly traded companies. **Journal of International Accounting**, v. 15, p. 170-196, 2006.

KLANN, R. C.; BEUREN, I. M.; HEIN, N. Impacto das diferenças entre as normas contábeis brasileiras e americanas nos indicadores de desempenho de empresas Brasileiras com ADRs. **Brazilian Business Review**, v. 6, n. 2, may/agos, p. 154-173, 2009.

LIMA, V. S.; LIMA, G. A. S. F.; LIMA, I. S.; CARVALHO, L. N. G. Determinantes da convergência aos padrões internacionais de contabilidade no Brasil. In: CONGRESSO ANPCONT, 4., 2010, Natal. **Anais...** Natal, 2010.

LOPES, J. E. G.; RIBEIRO FILHO, J. F.; PEREIRA, D. M. V. G.; PEDERNEIRAS, M. M. M.; SILVA, F. D. C.; SANTOS, R. Um estudo da relação entre o lucro contábil e o *disclosure* das companhias abertas do setor de materiais básicos. **Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, v. 7, n. 3, p. 208-220, 2010.

MACEDO, M. A. S.; MACHADO, M. A. V.; MURCIA, F. D. R.; MACHADO, M. R. Análise do impacto da substituição da DOAR pela DFC, um estudo sob a perspectiva do *value-relevance*. **Revista de Contabilidade & Finanças**, v. 22, n. 57, p. 299-318, 2011.

MELLO, R. C.; CIA, J. N. S. Análise da harmonização contábil: uma comparação entre indicadores calculados pelo BR GAAP e US GAAP dos bancos com ADR listados na NYSE. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 7., São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2007.

MORAIS, A. I.; CURTO, J. D. Accounting quality and the adoption of IASB standards: portuguese evidence. **Revista de Contabilidade e Finanças**, São Paulo, v. 19, n. 48, p.103-111, 2008.

NISKANEN, J.; KINNUNEN, J.; KASANEN, E. A note on the information content of parentcompany versus consolidated earnings in Finland. **European Accounting Review**, v. 7, p. 3140, 1998.

NOGUEIRA JÚNIOR, E.; JUCÁ, M. N.; MACEDO, M. A. S. O impacto da harmonização das práticas contábeis brasileiras às internacionais na relação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa operacional. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 10., 2010, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2010.

PENG, S.; TONDKAR, R. H.; SMITH, J. V. D. L.; HARLESS, D. W. Does convergence of accounting standards lead to the convergence of accounting practices? A study from China. **The International Journal of Accounting**, Estados Unidos, n. 43, p. 448-468, 2008.

PEREIRA, D. M. V. G. **Um estudo sobre a relação entre o lucro contábil e o *disclosure* das companhias abertas do setor de materiais básicos: evidências empíricas no mercado brasileiro de capitais**. 2008. Dissertação (Mestrado) – Programa Multiinstitucional e Interregional de Pós-graduação em Ciências Contábeis (UnB/UFPB/UFPE/UFRN), Recife, 2008.

PONTE, V. M. R.; LUCA, M. M. M.; OLIVEIRA, M. C.; AQUINO, L. D. P.; CAVALCANTE, D. S. Análise do grau de cumprimento das práticas de divulgação definidas pelo Pronunciamento Técnico

CPC 13 no âmbito das companhias abertas. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 6, n. 1, p. 38-53, 2012a.

PONTE, V. M. R.; OLIVEIRA, M. C.; CAVALCANTE, D. S.; LUCA, M. M. M. Análise das práticas de divulgação do ajuste ao valor presente pelas companhias listadas na BM&FBOVESPA. **Revista Universo Contábil**, v. 8, n. 1, p. 53-69, 2012b.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
SANTOS, C. **Guia Prático para elaboração do demonstrativo dos fluxos de caixa – DFC**. Curitiba: Juruá, 2005.

SCARIOT, F. Estudo multicaso de conformidade de avaliação, mensuração e divulgação de estoques em relação ao CPC 16 das normas brasileiras de contabilidade. **Revista e-ESTUDANTE - Electronic Accounting and Management**, v. 3, n. 3, 2011.

SCHMIDT, P.; SANTOS, J. L. **Avaliação de ativos intangíveis**. São Paulo: Atlas, 2002.

SILVA FILHO, A. C. C.; MACHADO, M. A. V.; CALLADO, A. L. C. O processo de convergência às IFRS e a capacidade do lucro e do fluxo de caixa em prever os fluxos de caixa futuros: evidências no mercado brasileiro. In: CONGRESSO ANPCONT, 6., 2012, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2012.

SOUZA, J. A.; SARLO NETO, A.; VARGAS, L. H. F.; DEMONIER, G. B. Práticas contábeis apresentadas por empresas brasileiras antes e após a adoção das normas internacionais. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 12., 2012, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2012.

SOUZA, M. M. S.; BORBA, J. A. B.; DUTRA, M. H. Uma verificação das informações sobre o impairment test nas demonstrações financeiras padronizadas (CVM) e no relatório 20-F (SEC) das empresas brasileiras que negociam ADRS na bolsa de valores dos Estados Unidos. In: CONGRESSO UFSC DE CONTABILIDADE E FINANÇAS, 2., 2008, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2008.

TAKAMATSU, R. T.; MACHADO, E. A.; LIMA, G. A. S. F. Convergência aos padrões contábeis internacionais: evidências econômicas observadas no mercado de capitais brasileiro. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 11., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2011.

TAY, J. S. W.; PARKER, R. H. Measuring international harmonization and standardization. **Abacus**, n. 26, p. 71- 88, 1990.